



Novos Cadernos NAEA

v. 26, n. 3 • set-dez. 2023 • ISSN 1516-6481/2179-7536





ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: INSTÂNCIAS DE MEDIAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

COMMUNITY ASSOCIATIONS IN CONSERVATION UNITS:
INSTANCES OF SOCIAL MEDIATION
AND POLITICAL PARTICIPATION

Marcelo Moraes de Andrade  

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio),
Santarém, PA, Brasil

Delma Pessanha Neves  

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

RESUMO

Neste texto analisamos desdobramentos da institucionalidade de associações comunitárias na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, estado do Pará. A análise é elaborada a partir de dados obtidos em pesquisa de campo realizada de 2015 a 2018, por meio de entrevistas com moradores de comunidades e acompanhamento de reuniões dos conselhos gestores da Reserva. A gestão de território reconfigura relações sociopolíticas a partir de sua inserção na dinâmica dos aparatos racionais-legais do Estado, demandando articulação com ampla rede de atores formalmente constituídos em instâncias de representação institucional, instrumentos formais de gestão territorial, preceitos normativos definidos e regulamentados em estatutos. Nesse contexto, a proliferação de associações formais a partir dessa nova dinâmica de gestão fundamenta-se em ação coletiva institucionalizada, expressa por distintos atores e arenas articuladoras de órgãos do Estado e da sociedade civil, e por engajamento de comunitários segundo peculiaridades correspondentes a seus próprios modos de vida. Essas possíveis e negociadas convergências pressupõem reconfiguração de práticas sociais segundo instâncias de mediação social e participação política. Pela análise, evidenciamos contradições explicitadas por processos de mudanças sociais articuladas à impositiva necessidade de representação social e política, então formalizada em associações legalmente constituídas.

Palavras-chave: reserva extrativista; participação; agentes mediadores; populações extrativistas; organização social.

ABSTRACT

This essay reviews the developments in the institutional framework of community associations within the Tapajós-Arapiuns Extractive Reserve in the state of Pará. This analysis is based on data collected during field research conducted from 2015 to 2018, including interviews with community residents and observations of the Reserve's management council meetings. The management of a territory reconfigures sociopolitical relationships through its integration into the rational-legal apparatus of the state, necessitating coordination with a broad network of formally established actors in institutional representative bodies, formal territorial management instruments, defined normative principles, and regulations in statutes. In this context, the proliferation of formal associations under this new management dynamic is rooted in institutionalized collective action, involving various actors and forums that link government agencies and civil society, as well as the engagement of community members based on their specific ways of life. These potentially negotiated convergences presuppose the reconfiguration of social practices according to social mediation and political participation mechanisms. Our analysis reveals contradictions emerging in social change processes linked to the compelling need for formal social and political representation, as formalized through legally constituted associations.

Keywords: extractive reserve; participation; mediating agents; extractive populations; social organization.

1 INTRODUÇÃO

Situada no Baixo Amazonas, região oeste do estado do Pará, a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns alcançou institucionalidade em relação ao engajamento político de moradores em movimentos sociais de contraposição à atuação de duas madeireiras que, no início da década de 1970, se instalaram nesse território. Diante da constatação de que modos de vida praticados com base em atividades agrícolas, extrativismo, caça e pesca estavam ameaçados pela intensidade de exploração da floresta aplicada pelas empresas, houve intensa mobilização social de povos tradicionais vinculados ao território que veio, assim, a ser redelineado segundo estratégias adotadas para frear a atuação das madeireiras.

Após diversas disputas pela terra, por um lado favorecendo a construção de alianças entre moradores e agentes sociais externos, por outro estimulando a polarização que envolveu moradores e grupos de interesses locais, a solução encontrada foi a reafirmação da territorialidade das áreas tradicionalmente ocupadas por residentes qualificados enquanto povos tradicionais. Nesses termos tendo sido categorizada como reserva extrativista (Resex)¹.

Após cinco anos de disputas, em 6 de novembro de 1998, pelo Decreto presidencial s. n. (Brasil, 1988), publicado no Diário Oficial da União na mesma data, a criação da Resex Tapajós-Arapiuns celebrava seu pioneirismo no estado do Pará. Conforme o plano de manejo da reserva, ela abarca 677.513,24 ha, sobrepondo áreas dos municípios de Santarém e Aveiro (Brasil, 2014). Esses desdobramentos sociais colocaram em relevo a emergência de identidades étnicas que, em 2018, abarcavam 45 aldeias indígenas, dentre as 75 comunidades da Resex, as quais abrigavam cerca de 15 mil habitantes (Tapajoara, 2018).

A definição de unidade de conservação (UC) da categoria Resex é convergente com múltiplos preceitos normativos e reconhecimento de autoridade formal do Estado. Tais preceitos imprimem procedimentos de intervenções em distintas dimensões organizativas e administrativas desses territórios, sobrepostos a reconhecidos modos tradicionais de organização social, nesse processo em reestruturação.

¹ De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Unidades de Conservação (UC) são divididas em doze categorias. As Resex são categorizadas como UC de uso sustentável, e têm como objetivo a compatibilização da conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos do meio natural por populações tradicionais.

A gestão de uma Resex pressupõe: inserção na dinâmica dos aparatos racionais-legais do Estado, articulação com ampla rede de atores formalmente constituídos em instâncias de representação institucional (conselhos deliberativo e comunitário), instrumentos formais de gestão territorial (plano de manejo, acordo de gestão), preceitos normativos definidos e regulamentos em estatutos.

Diante desse quadro social, analisar as particularidades contextuais de modos de organização em Resex constitui campo fértil para compreensão de práticas de mediação em representação política. Por elas se constituem espaços consoantes à intervenção de um conjunto de programas estatais e privados, geralmente fundamentados em universos de significados referenciados por distintas ideias e valores, como conservação ambiental e desenvolvimento social. Todas essas acepções pressupõem dimensões de poder que configuram posições ocupadas por agentes em espaços de mediação. Para Neves (2008a, 2008b), na definição de mediação estão implícitos o caráter dinâmico e processual das relações sociais e os dramas inerentes a espaços de construção, conciliação e negociação, reivindicados, de fato, como meios descentralizados de inserção de “populações a determinadas regras e valores ou programas públicos” (Neves, 2008b, p. 26).

A noção de mediação social tem recebido destaque nos debates que concebem o meio rural articulado a distintos universos sociais (Pereira, 2014; Neves, 2008a, 2008b; Simões; Ritter, 2005; Neves, 1997). Equivale “à institucionalização de um sistema de regras destinadas a assegurar a hegemonia de uma ordem consagrada ou em busca de consagração” (Neves, 2008b, p. 30). Ainda segundo o autor citado, certas formas de mediação se exprimem por intervenções que pressupõem um agente a atuar na concepção e objetivação de princípios norteadores, ao mesmo tempo em que conectam agentes mediados a diferenciados universos polissêmicos.

Com a criação da referida Resex, dinâmicas diferenciadas emergiram, redefinindo e condicionando alternativas de mediações sociais pelos moradores, agora articulados a uma ampla rede institucional. Ou seja, configuraram-se distintas institucionalidades em demarcação. Considerada como expressão da constituição dos moradores como agentes políticos, o modelo de representação em forma de associações comunitárias e intercomunitárias expressa vertentes fundamentais dessas mudanças. Essas ocorrem pela conformação de novos espaços de poder, pelas buscas por participação e, sobretudo, pela ampliação de possibilidades de diálogo e formulação de demandas frente ao Estado, demais instituições e segmentos sociais.

Desse modo, por meio das associações comunitárias, os moradores têm a expectativa de tomar para si a responsabilidade pela idealização e criação das condições institucionais para realização de projetos de seus interesses. Não obstante, a institucionalidade que prevê as associações impõe a eles o discernimento de distintas regulamentações formais/legais e formas de conduta inerentes ao campo burocrático-administrativo estatal. Em decorrência, institui-se como fundamental o papel desempenhado pelo mediador “[...] no exercício de constituição, de consagração e de divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de instituições ou movimentos associativos” (Neves, 2008b, p. 10).

As discussões contidas neste texto são oriundas de pesquisa fundamentada em trabalho de campo, empreendida entre os anos de 2016 e 2018, com base em realização de entrevistas e acompanhamento da rotina de vida de moradores de várias comunidades da Resex, assim como da participação em reuniões dos conselhos gestores da UC. Ao retratar as complexidades envolvendo a questão, em diversas passagens do texto recorreremos a situações sociais vivenciadas a partir do convívio com moradores da comunidade Anã. Situada à margem direita do rio Arapiuns, nela residem cerca de 100 famílias. Para chegar-se à comunidade, partindo da orla do município de Santarém, percorre-se aproximadamente 40 km pelo rio Tapajós e outros 20 km pelo rio Arapiuns.

As questões colocadas em destaque na análise, além de ressaltar o papel e o significado das associações, apontam a complexidade da efetiva participação social de representantes delegados locais nos espaços de decisão, bem como as contradições e tensões emergentes em processos de constituição de agentes políticos. De forma transversal, estão implícitos na discussão, processos de reconfiguração de práticas sociais desencadeados e gestados *na/pela* interface entre os objetivos da UC e os projetos de vida definidos pelos residentes na condição de comunitários.

2 REFERENCIAIS TRADICIONAIS DE REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICAS

O processo de formação da comunidade Anã guarda aproximações com tantos outros registrados sobre comunidades ribeirinhas situadas às margens do rio Amazonas e afluentes. Enfatizando esses processos, as narrativas dos entrevistados são permeadas por lembranças de experiências passadas,

elaboradas por contraposição de cronologias contrastantes. Eles recorrem a vivências dos pais e avós para demarcar certa temporalidade de fatos que denotam processos de mobilização e desmobilização social. Muitos deles estão relacionados a conflitos enfrentados, comumente por disputas por terra, que remetem à década de 1940, período em que vigorava, na região de Santarém, economia fundamentada no sistema de aviação, baliza do sistema organizativo local.

Foi unânime entre os entrevistados o reconhecimento da importância do puxirum² para as práticas associativas e para a atuação da Igreja Católica. O forte vínculo de moradores das comunidades da Resex com o catolicismo como prática religiosa costumeira na região evidenciou-se, dentre outras expressões, pelo número de igrejas erguidas na região central das vilas, próximo às margens dos rios (Tapajós e Arapiuns).

A Igreja Católica tem alcançado atuação marcante, desde a constituição das comunidades como povoados até os dias correntes, gestando idealizado projeto político-administrativo, cujas marcas estão inscritas na cotidianidade dos moradores. Essa atuação vai além da realização dos tradicionais cultos e festas de padroeiros e da intercessão construtiva de princípios estruturais, no decorrer do processo organizativo das categorizadas comunidades. Em Anã, há reconhecimento de que a atuação de padres católicos foi fundamental para a construção e aquisição das experiências com embarcações comunitárias, propostas que os moradores aderiram e das quais se beneficiaram.

Em 1960, a diocese de Santarém inaugurou ações que delimitaram e configuraram práticas sociais no meio rural da região mediante a catequese e a organização das comunidades cristãs. Nesse processo, destaca-se a figura do sacerdote estadunidense frei Ricardo Duffy, que exerceu importante papel frente à organização de demandas locais. Posteriormente, em 1963, outro estadunidense, o bispo d. Tiago Ryan, iniciou o Movimento de Educação de Base (MEB) com apoio da Rádio de Educação Rural (Sena, 2014).

Na região da Resex, essas ações foram fundamentais para a constituição dos moradores como agentes políticos. Conforme Leroy (1991, p. 103), elas contribuíram para a legitimação e consolidação da Igreja no interior, ao mesmo tempo em que sustentavam integrações sociais como cursos

² A prática do 'puxirum', trabalho em regime de mutirão, outrora constituiu importante forma de cooperação baseada na lógica da troca do dia de trabalho e na ajuda mútua. Mas, seus significados também estavam relacionados à sociabilidade das famílias envolvidas, dinâmicas sociais costumeiras pautadas na interdependência. Iremos aprofundar essa questão em artigo futuro.

sobre “do tempo da bíblia ao tempo de hoje”, “a fé à vida”, incentivo à vida comunitária, à participação dos cristãos no ‘desenvolvimento’ comunitário.

Ressalta ainda o autor que, no período em que foi implantado em Santarém, o MEB encontrava-se em perspectiva de redefinição de seu enfoque de atuação. No lugar da organização sindical, passou a incentivar a organização e a ação comunitárias, por meio de alfabetização, cursos para mães e de primeiros socorros, criação de clubes de venda, promoção da feira anual do lavrador etc. Essa perspectiva objetivava a promoção do desenvolvimento integral do homem, mas voltada às dimensões de sua comunidade (Leroy, 1991).

No início do século XXI, a primazia do catolicismo entre moradores das comunidades da Resex, até então basicamente única crença de praticantes do cristianismo, é abalada pela concorrência e instalação de igrejas ligadas a outros sistemas de crenças. Destaca-se, em relação à presença e às atuações dos praticantes vinculados às igrejas, além das distinções doutrinárias professadas, legitimado papel de mediação representado por agentes religiosos na organização social dos moradores, na resolução de conflitos, nas intervenções em relações de poder, no desencadeamento de processos associativos.

As inserções sociais às quais os moradores da Resex estiveram variavelmente vinculados envolviam distintas redes institucionais, cada qual instituindo agentes mediadores locais e profissionais incumbidos da articulação com outros agentes e lideranças comunitárias. Observa-se que, com base em informações oriundas de dados obtidos em entrevistas com moradores da UC, nos planos político-administrativo e ideológico, a partir da década de 1990, houve uma complementaridade de papéis exercidos por agentes da Igreja Católica – pelas ações do MEB –, do Ministério Público Federal e do Grupo de Defesa da Amazônia (GDA). Eles exerceram papel fundamental na articulação de interesses expressos em projetos contextualmente ganharam expressões na região.

Anteriormente à criação da Resex, as atuações desses agentes na condução de discussões e orientações pela integração de moradores e da população da região ao projeto de criação da Resex constituíram interposição fundamental para o desfecho do projeto, mas principalmente para a compreensão da lógica de funcionamento da ação formal/legal dos órgãos governamentais, aos quais se encontram submetidas às UC de uso sustentável.

3 ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS FORMAIS E REDEFINIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DELEGADA

Os relatos dos entrevistados indicam que, anteriormente à criação da Resex, existiam associações nas comunidades da região, mas, conforme modelos de organização informal, sem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), estatuto e prestação de contas. O processo de seleção dos membros gestores das associações ocorria a partir de acordos em assembleias, isto é, em conformidade com a disposição dos membros do grupo a aceitar ou não. A organização política apresentava-se relativamente restrita aos moradores reconhecidos pelo pertencimento às comunidades.

Seguindo informações sistematizadas a partir de entrevistas com moradores, após a criação da Resex ou no período concomitante a esse processo, foram constituídas novas agendas de amplo escopo, orientadas à conservação ambiental e ao desenvolvimento social. Nesse contexto, a necessidade de superação de obstáculos para a promoção de ações associativas tornou-se uma obrigação para a garantia dos objetivos da UC. Com isso, houve intensa criação de associações no âmbito da vida social de cada comunidade. Consequentemente, no contexto do trabalho de campo (de 2016 a 2018), estavam vigentes os modelos de representação coletiva dos moradores instituídos por delegação formalizada por associações comunitárias e intercomunitárias.

O número de associações vem gradualmente aumentando. Em 2004, havia 12 associações na área da Resex. Em 2013, em diagnóstico conjunto realizado pela Tapajoara³ e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), identificaram-se 45 associações comunitárias ou intercomunitárias, abrangendo 53 comunidades. Com isso, aproximadamente 74% das comunidades da UC contavam com associações (Tapajoara, 2018). Entre 2005 e 2018 surgiram 39 associações, um incremento de 325% no período. Somavam-se então 51 associações formais registradas em 2018 na Resex. Dentre as experiências associativas, vale destacar a ocorrência de associações indígenas, haja vista que há sobreposição ou coexistência de comunidades e aldeias na Resex.

Porém, as dinâmicas associativas dos moradores vão além dessa quantificação, principalmente se considerarmos ações coletivas informais,

³ Organização 'mãe' das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, representante institucional dos moradores e demais organizações de base da Resex, fundada em 7 de julho de 1999 com vistas à promoção da gestão participativa, juntamente com demais gestores da UC.

como os diversos grupos de jovens, de mulheres e times de futebol existentes nas 75 comunidades da Resex. Essas formas de ação coletiva constituem importantes modos de organização social interna às comunidades, as quais, muitas vezes, são articuladas por núcleos familiares.

Os modelos de associações formais, cujas ações estão referenciadas a regras em estatuto social, consagraram-se por uma estrutura organizacional de gestão (conselho fiscal e de administração, diretoria), com a escolha de gestores mediante eleições com mandatos de temporalidade pré-instituída. Por essa forma de organização, em princípio uma exigência burocrática, os grupos sociais demandam prestação de serviços públicos.

Considerando que as associações possibilitam o acesso a bens e serviços sociais, as que se situam em Anã constituem caso emblemático em relação às oportunidades que oferecem; tanto que essa nova lógica de ação coletiva vem acompanhada de significativa quantidade de atos burocráticos em torno dos processos sociais. Com isso, as experiências coletivas em forma de associações são consideradas positivas pelos entrevistados. As ações por elas empreendidas se refletem em benefícios para a comunidade, inclusive por possibilitar a formação de lideranças, de suma importância para a reprodução da competência organizacional.

Ao abordar a questão das associações com comunitários em Anã, um morador refletiu o seguinte: “Por que aqui em Anã as coisas dão certo e em outros lugares não? Graças a Deus a gente teve muita formação em questão de liderança. Isso para nós ajudou muito” (informação verbal)⁴.

O comentário do entrevistado destaca a atuação de agentes externos na organização social da comunidade, por intermédio da capacitação e formação de lideranças. Assim, Anã tem sido local de desenvolvimento de diversos projetos que focam o delineamento organizativo das atividades econômicas e associativas. Há anos, seus moradores estabeleceram parcerias com agentes vinculados ao Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (CEAPS), localmente conhecido como Projeto Saúde & Alegria, ou PSA⁵ (Henriques, 2012). A atuação do PSA na prestação

⁴ Informação concedida por um morador da comunidade Anã, 48 anos, em 2017.

⁵ O Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (CEAPS), Projeto Saúde & Alegria (PSA), é uma ONG criada, em 1985, no município de Santarém/PA. No atual contexto, suas ações estão voltadas à melhoria da qualidade de vida de populações ribeirinhas, auxiliando na organização social, saúde, saneamento básico, direitos humanos, meio ambiente, geração de renda, educação, cultura e inclusão digital. Atua como intermediária entre órgãos públicos e privados e povos tradicionais. Por usufruir de uma ampla rede institucional de parceiros financiadores de seus projetos, a ONG tem sido fundamental nos projetos desenvolvidos em Anã, em especial no Turismo de Base Comunitária.

de serviços em Anã, inclusive mantendo em seu quadro técnico moradores da comunidade, mantém articulação com grupos familiares e influi na forma como as famílias se posicionam socialmente no âmbito da gestão da UC e de sua organização comunitária.

Contudo, dados da pesquisa sugerem que as diversas associações formais e informais em Anã foram forjadas pela conjugação de processos orgânicos de mobilização social, de modo a atender variadas demandas identificadas pelos comunitários, assim como pela influência de lideranças e agentes externos a partir de experiências em cursos de capacitação, trabalhos em rede e diagnósticos participativos. Há associações com mais de 30 anos de atuação e que conglomeram significativo número de famílias. Portanto, as associações desempenham importante papel no processo de organização social e transformação dos contextos socioeconômicos, sendo reconhecidas enquanto meios de mobilização e auto-organização comunitária.

Segundo relatos de entrevistados na comunidade Anã, a associação mais antiga data de 1988. Era chamada pelos moradores de Associação do Transporte, por reunir um grupo de moradores que, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o grupo de catequese, construiu embarcação denominada 'O Libertador', responsável por fazer, duas vezes ao mês, o transporte dos moradores da comunidade até a sede do município de Santarém. Os moradores associados tinham direito a desconto na passagem e isenção de pagamento por bagagens ou mercadorias que estivessem transportando.

A Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Anã (Apronã) integra todos os moradores. Ela foi criada em 1994, para atender requisito estatal para que os moradores tivessem acesso ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Na Apronã, mensalmente há reuniões de seus membros, pré-fixadas para o último sábado de cada mês. Nesse ambiente são discutidas questões gerais sobre a vida comunitária, como a apresentação da prestação de contas do gerador de energia e do microsistema de água, ambos implementados por dirigentes da associação.

Em 2006 foi registrada a Associação de Piscicultores e Agroextrativistas da Comunidade Anã (APAA), composta por 19 famílias associadas, visando amparar as atividades de criação de peixe em tanques, a meliponicultura e o barco (Josué Yeshua). O recurso financeiro obtido com o pagamento das passagens é utilizado na manutenção da embarcação, no salário dos sócios que trabalham embarcados (piloto da embarcação, comandante e cozinheira) e no pagamento de encargos da associação. Pela

APAA também são realizadas reuniões mensais, as quais funcionam como meio de gestão de vários serviços prestados aos associados – tais como transporte gratuito para moradores que estejam prestando serviço comum, seja para conserto de algum equipamento do gerador de energia ou do microssistema de água, seja para o transporte de materiais de construção para escolas e prédios de uso coletivo.

Outro destaque da comunidade é a associação Mulheres Sonhadoras em Ação (Musa), criada em 2004 por um grupo de mulheres que trabalham na produção de ração orgânica preparada a partir de produtos coletados na comunidade, como folhas de mandioca, sementes de seringa, arroz, milho e carcaças de peixes. A ração é destinada à alimentação de peixes criados em tanque-rede no lago de Anã. A iniciativa do grupo surgiu a partir de projeto da prefeitura do município de Santarém voltado à geração de renda e alimentação no meio rural.

No atual contexto, a fabricação de ração, criação de peixe em tanques e produção de mel se juntam à de farinha para compor o circuito de atrações oferecidas aos turistas que visitam Anã. Essas ações desenvolvidas na comunidade são utilizadas inclusive em eventos do conselho deliberativo e outras instituições sociais locais, celebradas como modelo de experiências de associativismo comunitário.

Outra associação fundada em Anã, voltada à geração de renda e produção de alimentos, é denominada Melipomel. O grupo começou a se estruturar em 2004, a partir de capacitações técnicas oferecidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e ONGs com sede em Santarém, e alcançou uma composição de 10 famílias. Em conversas informais com os membros de uma das famílias, em cuja casa um dos pesquisadores ficou hospedado em Anã, o chefe de família, com 68 anos de idade, agricultor aposentado, relatou que a extração do mel de *meliponeas*⁶ era uma atividade antiga, praticada por vários moradores da região. Porém, observou que ela era praticada de forma que, nos dias atuais, é considerada predatória. Quando eles se deparavam com colmeias com mel, em geral, o procedimento para retirada do produto comprometia a árvore e a colônia de abelhas, ocasionalmente, levando à destruição de ambas.

Como frisou outro agricultor entrevistado, após a criação da Resex, os moradores tiveram a oportunidade de participar de cursos de apicultura, oferecidos por diversas entidades com sede no município de Santarém.

⁶ Trata-se de gênero de abelha sem ferrão, família dos apídeos e subfamília dos meliponíneos.

Atualmente, os moradores extraem mel de *meliponeas* em caixas de abelhas espalhadas pelos quintais e matas reconhecidos como espaços físicos da comunidade. O mel produzido é vendido para turistas que visitam a comunidade, para demais moradores e na cidade de Santarém.

Em maio de 2015, cerca de 70 associados, inclusive 54 mulheres de sete comunidades e, dentre elas, duas pertencentes às Resex Anã e São Miguel, fundaram a Cooperativa de Ecoturismo e Artesanato da Floresta, a Turiarte, primeira experiência de turismo comunitário na Resex. O projeto é desenvolvido por comunitários com o auxílio do PSA, tendo como foco a organização da produção e comercialização de artesanatos locais e a hospedagem de turistas na pousada de Anã. Vale enfatizar que essa iniciativa interfere diretamente na vida social em Anã, seja pela quantidade de moradores envolvidos nas atividades da pousada, seja pelo incentivo à produção de alimentos destinados aos turistas que a pousada recebe. Ovos, galinhas, peixes, frutas e hortaliças, assim como artigos do extrativismo, caso do açaí, são produzidos com essa finalidade. A Turiarte mantém ainda um fundo social que beneficia seus sócios e demais associações de Anã.

Pelas narrativas dos entrevistados em Anã e outras comunidades da Resex, mas ainda considerando observações em reuniões dos conselhos deliberativo e comunitário, é possível inferir que as associações conformam arenas de embates, que correspondem à construção de espaços de mediação de conflitos. A busca de consenso sobre questões sociais pressupõe articulação de interesses conflitantes refletidos e, desejadamente, consensuados em espaços de negociação e de explicitação de posição de poder. Como as relações de parentesco são estruturantes da vida comunitária, elas configuram processos de escolha de membros de associações, conselhos e lideranças comunitárias, posições diferenciais que conferem aos seus ocupantes certo status nesse campo de relações. Portanto, o exercício de representatividade delegada de associação institui relações de poder e diferenciação em ações coletivas.

4 CONTRADIÇÕES E DESAFIOS INSTITUÍDOS PELAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

Se por um lado as associações são difundidas por constituírem possibilidades de diálogos entre comunitários e agentes institucionais externos, por outro podem ser desestruturantes de arranjos tradicionais. O padrão organizacional instituído pelas associações formais, que possibilita

diálogos com representantes do Estado, impõe um reordenamento da forma de agir das lideranças locais. Afinal, é sua função transitar em espaços referenciados ou integrantes de órgãos do Estado.

Esse fato denota que a agência⁷ tende a ser constituída em rede, em contextos relacionais de agentes sociais. Andrade (2009), ao discutir a constituição de quilombolas no estado do Maranhão, observa que, no processo de interlocução privilegiada com o Estado, representantes delegados precisam movimentar-se por arenas em que se disputam interesses diversos, o que resulta em conflitos para o estabelecimento de alianças. A autora complementa que “[...] o caráter desinteressado da delegação nada mais é que uma das faces da usurpação, do ‘mistério do ministério’” (Andrade, 2009, p. 54).

É também pertinente destacar a observação de Comerford (1999), em contexto de pesquisa em que analisa as ações associativas e de tomadas de decisão de trabalhadores rurais do estado do Rio de Janeiro. Assumindo como objeto de análise reuniões de organizações de distintos grupos de trabalhadores rurais, o autor constatou que aqueles espaços possuíam significados para além da dimensão instrumental de tomada de decisão ou discussão de assuntos de interesse coletivo.

Entretanto, constituíam-se importante mecanismo organizativo do universo social, uma vez que instituem espaços de sociabilidade que colaboram para a consolidação de redes de relações que extrapolam a estrutura formalizada das organizações. Elas próprias concorrem para a constituição de princípios e dispositivos para as disputas pelo poder, tal como conclui: as ações associativas, “[...] possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros [...]” (Comerford, 1999, p. 46).

As associações estabelecem espaço de mediação de diversos interesses dos atores envolvidos, ações de conscientização e mobilização, e convergem demandas institucionais, comunitárias e até pessoais. O significativo número de associações nas comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns pode ser um indicativo de desdobramento fragmentário de lideranças locais e das relações de vizinhança, readequação que interfere na união dos moradores e nos processos de organização política na comunidade.

⁷ A pesquisa referente à tese, na qual este texto é inspirado, foi fundamentada na abordagem teórica da teoria da estruturação, de Anthony Giddens, que considera ‘agência’ como a capacidade “[...] de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas” (Giddens, 2003, p. 17).

Em diálogo com Neves (2008a, 2008b), destacamos que a forma mediada de acesso ao Estado por meio dessa lógica de organização social formal instituída na Resex Tapajós-Arapiuns, por um lado tensiona a configuração de padrões tradicionais de representação política, mas, por outro, representa ampliação do repertório político e possibilita a inserção das populações no jogo de relações derivadas da racionalidade burocrática constitutiva dos processos estatais de gestão. Há de se destacar ainda que agentes sociais são frutos das experiências vivenciadas nos grupos aos quais pertencem, não se constituindo como somatório de afinidades. Pelo contrário, constroem-se e reconstróem-se em relação a outras posições nos grupos sociais (Silveira; Stralen, 2017).

São muitos os motivos que levam os moradores da Resex a organizar suas representações de interesses em forma de associações. Um fator determinante é a expressão formal da constituição de sujeitos políticos para o acesso a serviços de assistência social via programas públicos e garantia de direitos. Desde que a conservação ambiental se tornou uma questão mundial, o campo político-ideológico incidente sobre processos de decisões de Estados nacionais passaram a ter influência e mediação de diversas instituições transnacionais voltadas à promoção de programas de conservação e de desenvolvimento de populações tradicionais.

Logo se constituiu um 'mercado de projetos' para financiamento e disponibilização de recursos oriundos de fundos públicos (nacionais e internacionais) e privados, além das chamadas compensações ambientais que também concorrem para a geração de divisas financeiras. Essas ações representam possibilidades de articulação das demandas locais a redes internacionais de conservação ambiental e de desenvolvimento social, as quais requerem a organização comunitária em forma de associação.

Contudo, no caso aqui em análise, refletindo a partir do registrado por Silva e Rocha (2015) ao discutirem a participação dos agentes sociais na política de desenvolvimento territorial, questionamos se as associações enquanto mecanismo de participação e constituição de sujeitos políticos, apesar de promissoras, representam certa ruptura com a tradição clientelista. Conforme destacado por Silveira e Stralen (2017), ao discutirem a construção de sujeitos políticos a partir da noção de reconhecimento, nesse processo não podemos perder de vista a assimetria entre os sujeitos e sua disposição ao diálogo.

Por essa perspectiva, além de considerar o sujeito político como um agente social (da ação comunicativa, da diferença), focos analíticos

devem incidir sobre a constituição do agente em sujeito que dispõe da capacidade de “desenvolver, a partir da vida comunitária, uma reflexão sobre os anseios de seu grupo de pertencimento e uma ação crítica, com intensificação da discussão política da qual possam emergir soluções construtivas para os problemas sociais” (Silveira; Stralen, 2017, p. 943). A atuação do sujeito em ambientes sociais e institucionais pauta-se na “busca de reconhecimento nos planos individual e coletivo e que são sujeitos voltados para a democratização das relações sociais que desembocam em projetos emancipatórios diante do tensionamento entre relações de antagonismos” (Silveira; Stralen, 2017, p. 949).

A inserção nesses universos de significações, de interação com organismos de financiamento, como bancos, órgãos do governo (federal, estadual e municipal), ONGs (nacionais e internacionais), impõe a necessidade de formalização enquanto organizações legalmente constituídas para assinatura de contratos que viabilizem a participação em redes de cooperação técnica e financeira. Nesse cenário, a emergência de associações formais se impõe como condição constitutiva dos requeridos reordenamentos sociais. Afinal, a própria reivindicação de Resex, como detalhada, ocorre via associação comunitária.

Podemos citar como exemplo dessa situação a parceria institucional firmada em 2015 entre o ICMBio e o governo dos Estados Unidos da América, por intermédio do US Forest Service (Serviço Florestal Americano) e da United States Agency for International Development (USAID, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), a qual destinou recursos financeiros para apoio a projetos de desenvolvimento em cinco UCs de uso sustentável na Amazônia brasileira. Foram destinados R\$ 90.000,00 para três comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns (Brasil, 2016).

O principal critério para escolha das comunidades foi o fato de estarem organizadas em associações formais, portanto, em condições de realizarem as ações contratadas nos prazos previstos: comunidade Cameté (Associação Intercomunitária de Moradores Extrativistas de Cameté e Andarú – Ameca); comunidade Pascoal (Associação Comunitária Rural e Extrativista de Pascoal – Acrep); comunidade Anã (APAA e Turiarte). As associações comunitárias de Anã receberam cerca de R\$ 56.000,00 para investirem na piscicultura e na hospedaria comunitária (Brasil, 2016).

Essas articulações interinstitucionais implicam apreensão de outra lógica de ação, desafiadora para os moradores porque a estrutura administrativa (formal/legal) que a associação exige não faz parte de suas

formas tradicionais de organização política. As associações também lançam outro desafio aos associados e gestores, ao instituírem um ser coletivo para lidar com representantes do Estado. Eles se veem diante do desafio de alcançar habilidades consideradas próprias de um *conhecimento perito*⁸, orientadoras de padrões de organização, de competência gerencial, contábil e argumentativa.

Refletindo sobre comentários elaborados em situação de entrevista, é possível observar que há o reconhecimento de que a visibilidade perante agentes externos nas esferas públicas é adquirida por meio da constituição de estruturas associativas. Contudo, os desafios enfrentados por ações associativas na região da atual área da Resex são diversos. Além dos reverses instituídos pelo sistema de aviação que vigorou até a década de 1960, por meio de agentes mediadores locais, como seringalistas e patrões, os quais promoviam a desagregação de aviados – hegemônicos no passado recente, mas ainda registrando ecos no momento presente –, a fragilidade de ações associativas aumenta na medida em que dificuldades inerentes às condições geográficas da região – como o acesso às comunidades e a distância de centros urbanos – somam-se aos recorrentemente alegados baixos níveis de desenvolvimento social da região e, a despeito das ações práticas e conquistas alcançadas, de escolaridade de lideranças comunitárias.

Como observa Potiguar Júnior (2008, p. 54) ao discutir a construção de capital social a partir de formas associativas envolvendo populações ribeirinhas no nordeste paraense, as associações, no caso de pescadores, “geram superposição de iniciativas, levando os indivíduos a múltiplas inserções em processos organizacionais distintos e, com isso, provocando conflitos negativos”. O autor afirma ainda que essa tendência pode “colocar em xeque os objetivos para a viabilização de políticas públicas, considerando as múltiplas redes de relações oriundas de pressões e negociações com vistas ao associativismo e mecanismos de barganha dos atores externos e internos às organizações” (Potiguar Júnior, 2008, p. 54). Há de se considerar ainda que a institucionalização da Resex Tapajós-Arapiuns ocorreu em universo político e ideológico constituído em contexto de emergência de identidades indígenas, situação que gera conflitos até o presente, tornando a governança da UC arena de manifestação de conflitos interétnicos.

⁸ Giddens (1991), ao analisar *As consequências da modernidade*, demonstra que a sociedade, no atual contexto, desenvolve-se fundamentada na crença da competência e autenticidade do *‘conhecimento perito’*, o qual se sustenta em *‘sistemas peritos’*, “[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos” (Giddens, 1991, p. 37-38).

Entretanto, sobretudo para objetivação da governança compartilhada, as associações são imprescindíveis. O conselho deliberativo, principal ambiente institucional de tomada de decisão da UC, mantém instâncias de debates como medidas administrativas de apoio ao conselho e como mecanismos de incentivo à participação dos comunitários na gestão da Resex. Essas instâncias, constituídas principalmente por Grupos de Trabalho (GT) (caráter temporário) e Câmaras Técnicas (caráter permanente), contribuem para o fortalecimento, reconhecimento e legitimidade das associações e de seus representantes delegados.

Em 2016 havia cinco GTs em atividade no conselho deliberativo da Resex Tapajós-Arapiuns, todos voltados ao debate de questões fundamentais à UC. Também havia a Câmara Técnica Territorial, constituída para discutir e apresentar propostas de resolução de questões territoriais relacionadas à problemática de identidades indígenas e não indígenas. Cerca de 41% das entidades componentes do conselho deliberativo estavam participando ao menos de uma dessas instâncias de debates, sendo que a grande maioria era de associações comunitárias e intercomunitárias.

De modo geral, mobilizações nos moldes de GTs e câmaras técnicas são conduzidas por agentes de mediação profissional, do Estado ou de entidades civis. Essa forma de participação pode ser enquadrada na tipologia definida por Pimbert e Pretty (2000, p. 198), ao discutirem processos participativos em áreas protegidas, como a ‘participação interativa’, a qual pressupõe que os agentes “[...] participam em análises conjuntas que conduzem a planos de ação e à formação de novos grupos locais ou no fortalecimento dos já existentes”.

Geralmente, tais agentes de mediação são detentores de diplomas universitários e vinculados a entidades por meio de sistema de carreira de cargos e funções verticalizadas. Detêm experiências de trânsito em ambientes institucionais ou estão dotados de maiores habilidades de compreensão de espaços onde as ações são pautadas em lógicas formais/legais, como as assembleias dos conselhos gestores da Resex, GTs e câmaras técnicas. Esses espaços se firmam como ambientes especializados que acabam por se constituírem como fornecedores de *conhecimento perito* sobre a vida social.

Medidas administrativas como essas estabelecem uma cultura organizacional que visa à efetivação da participação de agentes mediadores locais e sua crescente incorporação nos programas públicos. Enfatizam o alinhamento de suas ações em direção aos objetivos organizacionais projetados para a UC, mas também objetivam desenvolver as iniciativas

individuais e o sentido de responsabilidade entre os agentes mediadores locais sobre determinações de seus modos de vida.

Essa concepção da governança da UC implica a construção de uma cultura organizacional própria e definida sob determinantes distantes das experiências dos agentes mediadores locais, o que dificulta a sua participação. A exigência, explicitada como crença inquestionável em pressuposta autodeterminação sobre ‘o que vai’ e ‘como vai’ ser mudado, é parte da integração às questões selecionadas para objetivação dos princípios de conservação e de desenvolvimento, os quais pressupõem inquietação quanto ao modo de se relacionar com a burocracia técnica/administrativa do Estado.

No campo de discussão acadêmica, alguns autores questionam a burocracia técnica/administrativa imposta pelo Estado pelas enquanto formas de governança de UC. Paulino e Cunha (2014) discutem o sentido da implementação de UCs como política de proteção, questionando a intenção dessas políticas para além da conservação ambiental. Argumentam os autores que as mobilizações sociais reafirmadas por reuniões, assembleias, fóruns, cursos, inclusive as que tomam a forma de GTs voltados à ‘capacitação’ e ‘qualificação’, são dispositivos no esforço da política em “[...] racionalizar, modernizar, alterar o modo de pensar e agir, promover ‘novos hábitos’, para que estes sejam compatíveis com a percepção do mundo da cultura englobante” (Paulino; Cunha, 2014, p. 39).

Para os referidos autores, essas instâncias de participação formam-se a partir do esforço deliberado do Estado e de algumas entidades civis de avançar, pela via institucional, o processo de modernização das formas de participação, tendo no ambientalismo um dispositivo legítimo deste empenho. Por esse viés, a ação racional/legal do Estado constitui uma contradição de duas formas. Por um lado, estrutura a experiência de mobilização social em dois eixos: i) incentivo à adoção de novas formas de organização social e tomada de decisão, e; ii) alteração de práticas locais com a imposição de novos hábitos, fundamentados em uma “nova ética”, capaz de incutir novas visões de mundo ou sistemas simbólicos de classificação e julgamento (Paulino; Cunha, 2014). Por outro lado, o jogo de forças expresso de forma contundente no reconhecimento da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de busca de novos hábitos e habilidades, gera tensões entre a valorização do tradicional e a necessidade de sua superação (Paulino; Cunha, 2014).

Tais autores consideram a racionalização aplicada a populações tradicionais, historicamente marginalizadas, como a consumação da

dominação burocrática moderna, “[...] representada pela noção de “controle social”, operada por meio das instituições sociais, em que as associações e os grupos sociais funcionam como a porta de entrada do princípio racionalizador da política no modo de vida das populações locais” (Paulino; Cunha, 2014, p. 40). Portanto, os agentes de mediação profissional operam como principais disseminadores das ações políticas, tanto que as associações, como agentes de interlocução entre o Estado, as entidades civis e os representantes das comunidades, são elementos reguladores da política que será disseminada pelas comunidades.

Adotando semelhante postura crítica, Perry (2015), ao discutir as diferentes hierarquias valorativas acerca do desenvolvimento, da tradição e do meio ambiente – expressas por distintos atores sociais residentes nas adjacências da Resex Marinha de Corumbau, na Bahia –, ao enfatizar as dificuldades dos moradores em se relacionar com a burocracia do Estado, chama atenção para as distinções entre dois modos de tomadas de decisões coletivas. Um deles, modelo tradicional representado pelas ações dos extrativistas que utilizam a UC, em que há predominância de uma linguagem oral, pela qual os acordos resultantes das interações sociais entre os pares são verbalmente constituídos.

O outro modelo é constituído por uma forma de ação a que a autora se refere como ‘moderna’, objetivada por representantes delegados do Estado ou de entidades civis, detentores de aprendizado formal que lhes permite transitar com desenvoltura entre o mundo da escrita e o da oralidade. Ao questionar a igualdade nas condições de participação nos processos de decisão, a autora pondera que, após serem acordadas, as medidas a serem implementadas passam por um processo de formalização, muitas vezes elaboradas por meio de ofícios, comunicados, memorandos ou até mesmo portarias. Tais medidas demandam um longo tempo para a concretização das decisões institucionais, contrapondo-se à lógica informal de acordos orais, os quais remetem às tradições da população local (Perry, 2015).

A esse respeito, é pertinente ressaltar que, anteriormente, Neves (1997) havia observado que o reconhecimento da posição e do papel de agentes mediadores “[...] em novos campos de disputas por recursos materiais e simbólicos”, “[...] não pode deixar de contemplar a relação entre dois modos de pensamento e de saberes: um vinculado à escrita e outro à oralidade” (Neves, 1997, p. 284). Para avançar na questão, a autora pondera que o acesso a essa posição é condicionado à aquisição de conhecimento

relacionado à burocracia técnico-administrativa e a sua sujeição “à lógica da linguagem” (Neves, 1997, p. 285).

Essa constatação põe em relevo as dificuldades dos agentes mediadores locais em desenvolver formas próprias de lidar com as reconfigurações resultantes da nova ordem técnico-administrativa. Isso ocorre pela necessidade de alargamento de suas especialidades, tanto em termos de perspectivas de alcance dos objetivos organizacionais (delineadas pelo conselho deliberativo ou comunitário), quanto no atendimento das expectativas dos grupos, ao conceder poder como representante delegado e porta-voz deles. Afinal, o capital simbólico constituído pelo reconhecimento do grupo quanto à reputação do representante delegado, construído em sua trajetória de vida, o subordina a empenhar-se na luta pelas demandas do grupo.

Mas não só, também incita-o a lidar com outras atribuições, muitas delas recorrentemente citadas por moradores em situações de entrevista: a) uma liderança comunitária que deve redigir um documento técnico que exige domínio de *conhecimento perito*; b) frequentemente transitar por órgãos institucionais, que leva ao afastamento de casa e de suas atribuições familiares; c) ter habilidade argumentativa para dialogar com diversos representantes delegados, *peritos* de órgãos públicos, privados e de ONGs, porta-vozes de movimentos sociais, organismos e fóruns multilaterais, políticos, pesquisadores etc., para firmar redes de cooperação no âmbito de criação de fontes de renda e medidas de conservação ambiental.

Entrementes, o capital simbólico conquistado por agentes mediadores locais não é desprovido de questionamentos. Em situação de trabalho de campo, uma entrevistada de 65 anos, que afirma já ter participado de perto do processo de gestão compartilhada da UC, refletindo de forma genérica sobre o perfil de representantes delegados das comunidades, expressou ceticismo sobre a capacidade de assimilação e organização das propostas por representantes, tanto das proferidas por gestores quanto daquelas demandadas pelas comunidades. Na concepção da entrevistada, muitos representantes não possuem os atributos necessários para fazer a interlocução das necessidades das comunidades e a explanação dessas demandas nos espaços de tomadas de decisão.

Outro fator limitante explicitado durante participações em reuniões do conselho deliberativo realça a dificuldade que agentes mediadores estatais encontram para transmitir informações de forma compreensível ao universo de linguagem dos moradores da UC. Não foram poucas as situações

em que lideranças com as quais havíamos estabelecido certa proximidade, nos questionaram, durante assembleias, sobre o que determinado gestor havia falado.

Portanto, assim como observado por Andrade (2009), os moradores da Resex Tapajós-Arapiuns encontram-se diante de processos sociais que transcorrem em distintos campos – acadêmico-científico, da burocracia estatal, da sociedade civil – que envolvem diferentes agentes mediadores. No entanto, agentes mediadores locais, responsáveis pela interlocução política com instituições internas e externas à UC, passam a depender de toda uma rede de agentes mediadores externos especializados em distintas questões referenciais a seus universos simbólico e material.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência de associações na Resex Tapajós-Arapiuns se circunscreve a contextos de gestão de interesses comunitários, acesso a recursos financeiros ou materiais de instituições públicas e privadas. Além de sua importância no âmbito da atuação como agente de mediação local, tanto na organização política dos moradores, quanto na gestão da UC, elas são imprescindíveis ao processo de tomada de consciência social e participação política dos comunitários da Resex.

Na comunidade Anã, vê-se que a efetividade das experiências associativas tem raízes em processos históricos de constituição dos moradores enquanto coletividade bem como no delineamento de estratégias para obtenção de demandas e benefícios estruturados por meio de organização associativa. Mas esse processo também conjuga investimentos em instrumentos educativos e de formação de lideranças, construídos por intermédio de assessorias oriundas dos parceiros institucionais a que a comunidade se vincula. O número elevado de mobilizações associativas muitas vezes é entendido como sinônimo de unidade política de seus moradores expresso em sua capacidade de mobilização e vínculo a organizações coletivas.

No âmbito das relações internas às comunidades, é possível observar que, embora as associações proporcionem, em certa medida, melhor capacidade de organização nas esferas de decisão, também remodelam as escalas de poder para atuação na formulação de demandas e diálogo com representantes do Estado e de outras entidades civis. Em decorrência de tal visibilidade e *status*, podem causar disputas por posições privilegiadas.

Além disso, pressupõem a necessidade de apreensão de novas habilidades de seus membros.

Como ponderação final, deixamos algumas provocações, como forma de incentivo a pesquisadores que queiram contribuir com alguns aspectos que apresentamos nesta discussão. Apesar da importância das associações formais para processos de organização social e política de moradores de UC, cabe a pergunta: haverá repercussão positiva em aspectos relacionados à geração de renda nas comunidades, à criação de cooperativas, à inserção de moradores em cadeias de valores de produtos da aclamada sociobiodiversidade? Questões assim ligeiramente listadas, mas que só podem ser respondidas se incorporarem reflexões sobre distinções entre agentes e convergências alcançadas por negociações, também não desconsiderando as mediações operadas por agentes de organizações sociais e por agentes de instituições do Estado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P. Novos sujeitos de direitos e estruturas de mediação: uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e instâncias de poder no Brasil. *Antropolítica*, Niterói, n. 27, p. 43-61, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/4>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto de 6 de novembro de 1988**. Cria a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, nos Municípios de Santarém e Aveiro, no Estado do Pará. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1998/Dnn7600.htm. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Plano de manejo reserva extrativista Tapajós-Arapiuns - Volume 1 – Diagnóstico**. Brasília, DF: ICMBio, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-tapajos/arquivos/resex_tapajos_arapiuns__pm_vol1.pdf. Acesso em: 03 abr. 2020.

BRASIL. **Relatório de Atividades – Período de Gestão 2016**. Santarém, 2016, 20 p.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. Tradução Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HENRIQUES, G. (org.). **Almanaque da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: prazer em conhecer**. Santarém: CEAPS, 2015. Disponível em: http://www.saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Almanaque-Resex-pag-dupla_bx2.pdf. Acesso em: 22 out. 2018.

LEROY, J. P. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes/FASE Editora, 1991.

NEVES, D. P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Estudo do processo de mudança de posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008b. v. 1, p. 21-44.

NEVES, D. P. Organização comunitária e ação política: os ribeirinhos e o Movimento de Educação de Base. In: NEVES, D. P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008a, v. 1, p. 61-98.

PAULINO, J. S.; CUNHA, L. H. Unidades de Conservação: políticas ambientais e modernização institucional. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 2, p. 28-50, 2014. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasocias/article/view/412>. Acesso em: 25 jan. 2019.

PEREIRA, E. A. D. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PERRY, L. S. P. **Desenvolvimento, tradição e reconhecimento na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, BA**. 2015. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

PIMBERT, M.; PRETTY, J. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “Participação” no Manejo de Áreas protegidas. *In*: DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** NUPAUB/USP. Hucitec, 2000. p. 183-223. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Etnoconservacao%20livro%20completo.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

POTIGUAR JÚNIOR, P. L. T. **Caminhos e (des) caminhos do associativismo entre os “povos das águas”:** A Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá, Pará. 2008. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: http://ppgaa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2008/PETRONIO_LAURO_TEIXEIRA_POTIGUAR_JUNIOR.pdf. Acesso em: 23 nov. 2018.

SENA, E. F. M. **Uma revolução que ainda não aconteceu – movimentos sociais no Baixo Amazonas – exuberância e fragilidade, de 1978 a 2014.** Santarém: Edição do Autor, 2014.

SILVA, M. K.; ROCHA, A. G. Mediação nas instituições participativas: articuladores territoriais e participação na política de desenvolvimento territorial. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 136-164, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148977/000974094.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

SILVEIRA, A. R.; STRALEN, C. J. Sujeito e política no debate contemporâneo. **Psicol. Rev.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 939-951, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n3p939-951>. Acesso em: 24 out. 2023.

SIMÕES, A. V.; RITTER, L. H. Os desencontros dos diversos agentes sociais na gestão dos recursos naturais: um campo de mediação a ser construído. *In*: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. (org.). **Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal.** 1. ed. Belém: NUMA/UFPA, 2005. p. 167-187.

TAPAJOARA. **Apostila e planejamento da diretoria executiva.** Santarém: Organização das Associações e Moradores da Resex Tapajós-Arapiuns, 2018.

Submissão: 14/08/2023 • Aprovação: 30/10/2023